



## **3º Encontro Internacional de Política Social 10º Encontro Nacional de Política Social**

**Tema: “Capitalismo contemporâneo: tendências e desafios  
da política social”**

**Vitória (ES, Brasil), 22 a 25 de junho de 2015**

---

**Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais**

### **O Sistema de Seleção Unificada (SISU) e seus efeitos na Universidade Federal de Mato Grosso: um estudo de caso do Instituto de Ciências Humanas e Sociais**

**Crisanvania Luiz Gomes<sup>1</sup>  
Leana Oliveira Freitas<sup>2</sup>**

#### **Resumo**

Este artigo apresenta dados referentes aos efeitos da expansão do ensino superior na Universidade Federal de Mato Grosso nos anos de 2010 a 2014, a partir da implantação do Sistema de Seleção Unificada - SISU. Para tanto, será necessário, de partida, uma contextualização sócio-histórica da educação superior brasileira e culminará com análises sobre tais efeitos a partir de dados que serão levantados nos cursos de licenciatura e bacharelado vinculados ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais, a partir dos registrados no referido sistema. Para as primeiras aproximações com o objeto de estudo, está em curso revisão bibliográfica sobre a expansão do ensino superior no cenário brasileiro, além da realização de pesquisa documental no âmbito da Universidade Federal de Mato Grosso. As incursões iniciais e que serão apresentadas preliminarmente neste artigo têm como base o Documento Síntese da Comissão de Graduação do ICHS o qual revela que no conjunto de seus cursos são disponibilizadas um total de 335 vagas/ano e, no ano de 2014, 962 alunos estão com matrículas ativas. Tais dados nos instigam a identificar causas e razões deste processo ancorados na compreensão de que o direito à educação deve ter sua concretização assegurada pelo Estado como seu dever e responsabilidade, materializado por meio da formulação de políticas públicas inclusivas, transversais e eficazes não redutíveis ao acesso, mas que representem, efetivamente, possibilidades concretas de permanência oferecendo condições de transposição das barreiras que ocasionam os índices de evasão e retenção dos estudantes do ensino superior.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Política educacional. Expansão do Ensino Superior.

#### **1 CENÁRIO DA EXPANSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL**

As políticas sociais brasileiras expressam transformações que vêm ocorrendo no cenário internacional a partir da adoção de medidas econômicas neoliberais em que o Estado reduz suas funções públicas, ao mesmo tempo em que a instância mercantil vem sendo privilegiada. A política educacional também é atingida por essas transformações

---

<sup>1</sup> Mestranda – Programa de Pós Graduação em Política Social – PPGPS/UFMT

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação (Mestrado) em Política Social e do Departamento de Serviço Social da UFMT.

em todos os seus níveis de ensino, porém a educação superior é a que mais se ressentida dessa nova forma de se gerir o Estado. Sabe-se que a abertura dessa política educacional para fins comerciais não só ameaçam o direito universal à educação como tende a ratificar medidas que valorizam o mercado redesenhando a relação público-privado neste campo. Estas ações se apoiam nas indicações dos organismos internacionais:

Internacionalização, empreendedorismo, diversificação, financiamento, empréstimos e bolsa de valores representam os novos rumos da educação superior que encontram abrigo em documentos de organizações internacionais, como a OCDE e a UNESCO, e se materializam na forma de acordos de livre comércio e convênios entre instituições de ensino superior, colocando-as diante de novos objetivos e exigências, em termos de organização e estratégias. Muitas delas fazem da internacionalização uma de suas prioridades, por meio da colaboração interinstitucional, do intercâmbio de estudantes e pesquisadores, do reconhecimento mútuo de diplomas, da participação em pesquisas interinstitucionais e internacionais e da formação de profissionais com perfil internacional (GEORGEN, 2010, p. 896).

Essa forma globalizada de se conceber a política educacional, também contribuiu para que o Estado reveja seus sistemas educativos no intuito de responder a essas exigências e repensar estratégias que atendam às expectativas desse mercado mundial, especialmente no que diz respeito às formas de financiamento, de prestação de contas e da privatização.

Por outro lado, no escopo dessas orientações comparecem indicações de democratização do acesso ao ensino superior, gerando tensões e contradições no interior da sociedade, porque grande parte de investimentos no âmbito das políticas expansionistas ocorre por via da mercadorização da educação. A contradição se acirra quando se reconhece que a ampliação do ensino superior é uma antiga reivindicação dos movimentos sociais em geral e do estudantil, em particular, contribuindo para o debate da educação que se revela como política pública e, ao mesmo tempo, mercadoria disponível no mercado (GEORGEN, 2010, p. 897).

O Brasil é um país, historicamente, marcado pelas desigualdades sociais e essa desigualdade e pobreza atingem, principalmente, a parcela da sociedade que não consegue se inserir na educação formal em todos os seus níveis e especialmente no superior que é estreitamente vinculado a entrada no mercado de trabalho:

A pobreza é, possivelmente, o mais importante fator de exclusão social e cultural. Privação dos bens materiais e exclusão dos bens espirituais e culturais tem sempre uma forte correlação. Entretanto, podem apresentar distintos

matizes. Na população brasileira, o passivo educacional é ainda maior que o econômico, embora esses déficits também se interajam. É ainda muito pequena a parcela da grande massa dos pobres brasileiros que consegue fazer um longo e bom percurso escolar. Segundo a Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílios (PNAD), de 2007, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 3% dos estudantes de educação superior pertencem ao quinto mais pobre, ao qual pertencem 30,2% das famílias brasileiras (SOBRINHO, 2009, p. 1229).

Desde o governo de FHC (1996-2002), já era possível visualizar reformas na política educacional que atendiam aos ditames do mercado internacional de acordo com os preceitos neoliberais, pois neste governo, o Brasil já tem em sua agenda oficial adequada às exigências impostas pelos organismos internacionais.

Nos anos 2000, a “reforma” do ensino superior entra numa nova fase, caracterizada pela busca de uma nova organicidade ao novo modelo que vinha sendo implementado, por meio da definição de novos parâmetros, estruturas curriculares e expansão mais acelerada do acesso a esse nível de ensino. Nos anos 2000, a meta prioritária de acesso ao ensino básico para os trabalhadores é ser ampliada.[...] É nesse segundo período que estarão localizadas as iniciativas do governo Lula (CISLAGHI, 2011, p. 247).

Após este posicionamento do Brasil no tocante às reformas que deveriam ser realizadas no âmbito da educação e do Ensino Superior de maneira geral, no ano de 2003, durante o primeiro mandato do governo Lula, o Banco Mundial lança um novo documento em que apresenta diretrizes mais ampliadas ainda para a educação terciária ao que havia sido prescrito anteriormente no ano de 1994 em que já se previam reformas das universidades só que de maneira mais tímida (CISLAGHI, 2011, p. 247).

O Brasil acompanhou essas orientações dadas pelo Banco Mundial, e antes disso, de certa forma, já vinha realizando alterações no ensino superior via privatização com a criação das fundações com funcionamento dentro das universidades públicas. E, em 2007, deu continuidade a este processo de reformas com a implantação do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que foi criado a partir do Decreto Presidencial n.º 6.096, de 24 de abril de 2007.

Esse decreto com a finalidade de instituir o REUNI, já vinha tentando se instalar no funcionamento interno das Universidades Públicas desde o Governo de FHC, através dos contratos de gestão que visavam transformar as Instituições de Ensino Superior em fundações públicas de direito privado. Porém, os movimentos sociais especialmente o

movimento estudantil rejeitou este reordenamento e este projeto foi engavetado, protelando os processos de expansão naquele momento.

O decreto caracteriza-se por um contrato de gestão que, como tal, fixa rígidas metas de desempenho para recebimento de contrapartidas financeiras. Amaral (2003, p. 118) afirma que a lógica de financiamento por contrato vinha tentando ser implementada desde o governo Cardoso. Neste momento, os contratos de gestão estavam diretamente vinculados ao debate da transformação das IFES em fundações públicas de direito privado ou organizações sociais. O governo Cardoso chega a apresentar o documento “Etapas para viabilização da aplicação da Lei de Organizações Sociais na recriação de universidades públicas a ser administrada por contrato de gestão”. Graças a rejeição da comunidade universitária, a proposta foi, por ora, deixada de lado (CISLAGHI, 2011, p. 248).

O Programa, se analisado sob perspectivas otimistas tem como um dos principais objetivos a criação de fatores que possam dar condições para a ampliação do acesso de estudantes, bem como garantir sua permanência no ensino superior a partir de um melhor aproveitamento e racionalização de uso do espaço físico e dos recursos humanos das universidades:

O objetivo do programa, segundo o decreto, seria a criação de condições de ampliação de acesso e permanência no ensino superior pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, numa clara perspectiva racionalizadora, que parte do princípio, coincidente com o do Banco Mundial, de que há subaproveitamento nas universidades federais, diagnóstico presente no Brasil desde a reforma universitária da ditadura militar (CISLAGHI, 2011, p. 248).

O programa de maneira geral prevê dentre outras orientações, ocupação de vagas ociosas, aumento de vagas no período noturno, diversificação das modalidades de graduação que, apesar de irem pela via da privatização, também vão encontro dos anseios populares que sempre foram excluídas das universidades, especialmente as classes populares:

As diretrizes do programa são: I) redução das taxas de evasão, ocupação de vagas ociosas e aumento de vagas, em particular no período noturno; II) ampliação da mobilidade estudantil, com a implantação de regimes curriculares e sistemas de títulos que possibilitem a construção de itinerários formativos, mediante o aproveitamento de créditos e a circulação de estudantes entre instituições, cursos e programas de educação superior; III) revisão da estrutura acadêmica, com a reorganização dos cursos de graduação e atualização de metodologias de ensino-aprendizagem, buscando a constante elevação da qualidade; IV) diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas para a profissionalização precoce e especializada; V) ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil; VI) articulação da graduação com a pós-graduação e da educação superior com a educação básica (CISLAGHI, 2011, p. 249).

A partir do Governo Lula essas medidas são incrementadas e a centralidade da política de aumento de vagas nas universidades brasileiras direciona-se, principalmente, para as universidades privadas por meio do Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI). Este último consiste na concessão de bolsa de estudos em que o estudante tem parte de seus estudos ou até 50% subsidiados pelo Governo Federal durante sua graduação pagando, neste momento apenas taxas de manutenção. E, posteriormente, ao finalizar seu curso o estudante começa a pagar este financiamento. Trata-se, de medida controversa, pois:

Desse modo, podemos entender que a reforma universitária integra decretos e medidas que não atendem necessariamente os interesses dos grupos acadêmicos e toda comunidade, mas converte seus ideais aos interesses de empresas privadas. A reforma desenvolvida no governo do Lula encaminhou e aprovou medidas como: a Lei da Inovação Tecnológica; Sistema de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), Exame Nacional de Desempenho (ENADE); Programa Universidade Para Todos (PROUNI); Parcerias público-privado; decretos de fundações; medidas mercantis através do Financiamento Estudantil (FIES), bem como o apoio expressivo a modalidade à distância do ensino superior (VAZ; MARTINS, 2012, p. 8).

A alteração do perfil das políticas sociais, no Brasil, vem suscitando acalorados debates, devido às contradições deste processo que, informado por influências internacionais tensionam interesses sociais, pois, apesar do fato de a sociedade reconhecer a legitimidade de medidas que ampliam acesso percebe-se que é necessário manter a educação como bem público e de dever do Estado como todas as políticas sociais devem ser (GEORGEN, 2010, p. 897).

A educação superior nos países capitalistas vem assumindo novos formatos para se adequar à realidade planetária, se ampliando e se flexibilizando para atingir metas que lhe foram impostas a partir desse novo reordenamento.

Particularmente a educação superior se ressentem e, portanto, deve levar em consideração esta realidade planetária, com todas as implicações dela decorrentes, para o avanço da ciência e tecnologia, da cultura e do conhecimento. A globalização e a própria natureza do conhecimento, afetando as atividades acadêmicas, cada vez mais condicionadas pelas exigências de aplicabilidade, utilidade e valor mercadológico. Esta tendência contrapõe-se à frustração da ideia – eixo da modernidade, segundo a qual a quantidade e aprofundamento do conhecimento garantiriam vida melhor para todos (GEORGEN, 2010, p. 898).

A educação superior ganhou maior destaque e valor econômico nas últimas décadas e o ensino superior ganhou maior relevância a partir deste momento devido ao fato de estar voltada à produção de conhecimentos específicos que contribuem com o processo de industrialização e com o consequente desenvolvimento ao que o capitalismo aspira. “A estreita relação entre os conhecimentos desenvolvidos na academia e o sistema de produção ocorre em função da base científica das tecnologias modernas de produção” (GEORGEN, 2010, p. 898).

Desta forma, os rumos que a educação superior toma mundialmente tem estreita ligação com o mundo produtivo, pois este interfere diretamente nos rumos das pesquisas empreendidas na academia de modo “[...] atendam as demandas industriais que se desejam” (GEORGEN, 2010, p. 898).

Ao se perceber o grande valor econômico que as Universidades detinham passou-se a sofrer pressões para que revisitassem suas metodologias respondendo a interesses mais pragmáticos alterando seus princípios tradicionais voltados para a busca da neutralidade e da verdade pura (GEORGEN, 2010, p. 900).

Essa nova condição do ensino superior se expressa também na Universidade Federal de Mato Grosso e este trabalho se detém a apresentar, especialmente, seus efeitos sobre a evasão e abandono nos cursos do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), a partir da implantação do Sistema de Seleção Unificada (SISU), implantado no ano de 2010 que corresponde a uma das medidas expansionistas para o setor.

## **2 A UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO - ANÁLISE DO ICHS**

Os efeitos da expansão do ensino superior, a partir da implantação do SISU no Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) serão analisados a partir das indicações presentes no documento síntese elaborado pela comissão de graduação do ICHS.

Aqui importa destacar que a partir da implantação do SISU, a UFMT vem sofrendo “perda” significativa de alunos, porém é necessária uma observação mais próxima e cuidadosa, visto que tais desistências podem ser determinadas por razões diversas.

Pode-se anunciar como hipóteses que parte desses estudantes desistiu por condições financeiras, o que pode denunciar necessidade de incrementos na Política Nacional de Assistência Estudantil; necessidade de entrada no mercado de trabalho, pois

muitos cursos funcionam no período diurno, o que prejudica a continuidade dos estudos. Outros por serem oriundos de Estados ou municípios distantes e, ainda, poderão ser identificados também alunos que não se identificaram com a dinâmica dos cursos escolhidos, ou seja, poderão surgir, nesta investigação, inúmeras motivações e causas para as “desistências”.

Metodologicamente, optou-se por fazer um estudo parcial destes impactos a partir dos dados obtidos no ICHS, visto que este tem em sua constituição cursos de Bacharelado e Licenciatura, além de ser espaço onde vemos um maior número de pessoas que compõem as classes populares acessarem.

Esta pesquisa tem caráter quali-quantitativo, pois números somente não revelam as contradições e complexidades deste fenômeno expansionista em curso no país.

Como esta pesquisa se propõe a estudar a expansão do ensino superior e sua expressão na UFMT, os cursos de bacharelado e licenciaturas vinculados ao Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) se constituem no seu lócus e, neste primeiro momento, será utilizado o Documento Síntese da Comissão de Graduação deste Instituto.

Este documento é fruto do trabalho da Comissão de Ensino do ICHS, instituída pela Portaria ICHS N.º 12 de 22 de julho de 2013, como o objetivo precípua de “elaborar uma proposta de ensino” para o Instituto no período de 2013-2017 (Documento Síntese da Comissão de Graduação do ICHS, p. 1).

Este Instituto congrega os cursos de Geografia (Licenciatura e Bacharelado), Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado), Serviço Social (Bacharelado), História (Licenciatura – Matutino e Noturno), Filosofia (Licenciatura e Bacharelado) que, no conjunto, disponibilizam um total de 335 vagas/ano e atualmente possui aproximadamente 962 alunos matriculados.

Neste total de 962 alunos matriculados, surge uma preocupação dado que o registro de matrículas parciais<sup>3</sup> também é alto e se configuram sob diversas formas: afastamento por não matrícula, afastamento por trancamento de matrículas, só para citar alguns casos que totalizam 737 estudantes nesta condição.

O número de afastamentos por discentes que não chegaram a se matricular, também é alto, temos, por exemplo, no curso de geografia (bacharelado) um total de

---

<sup>3</sup> Denominamos matrículas parciais ao invés de evasão pelo fato de que evasão carece de uma definição mais precisa que não pode ser tomada simplesmente como abandono. Essa categoria, como muitas outras que surgirão, e que denotam o mesmo sentido, serão melhor precisadas no decorrer da pesquisa.

149 alunos que não efetivaram sua matrícula e na licenciatura, estes números chegam a 147; Isto somando as entradas do primeiro e segundo semestre. O número de desistências nestes cursos chegou a 16 discentes, somando-se as licenciaturas e os bacharelados em 2013/1 e 2013/2.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estes números por si só, denotam a importância desta pesquisa, pois é preciso conhecer quais os impactos da expansão do ensino superior nas universidades federais e, verificar se realmente esta expansão está conseguindo democratizar o acesso a esta modalidade de ensino. Como esta pesquisa se encontra em fase exploratória, se ocupando neste momento com revisão de literatura, os procedimentos metodológicos que deem conta de identificar as razões deste fenômeno ainda estão por serem delineadas. Sabe-se de antemão que será necessário definir estratégias de pesquisa que permitam localizar estes estudantes que se afastaram a partir de informações contidas em seu formulário de matrícula. Num primeiro momento buscará identificar se tais estudantes migraram para outros cursos em outros institutos e para outros campus (Araguaia, Rondonópolis e Sinop). Tomada esta primeira providência será tentado contato telefônico a partir das informações contidas no formulário de matrícula envolvendo neste momento aqueles que não estão mais na UFMT e em seguida será encaminhado questionário que contemplem questões sobre as razões do abandono, se continuam estudando, em quais cursos, dificuldades e expectativas.

Percebe-se que a partir da implantação do SISU, os números de evasão, trancamentos e outras situações, colaboram para que os números referentes à vagas ociosas, ou não aproveitadas, acabem sendo expressivas e nos deixa a dúvida se realmente está ocorrendo o acesso nas universidades pelas classes populares, ou se esta forma de ingresso necessita de revisão para que seus objetivos sejam alcançados.

### 4 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 13 jun. 2014.



BRASIL. Ministério da Educação. Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005. **Institui o Programa Universidade Para Todos – ProUni, regula a doação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a lei n.º 10.891, de 09 de julho de 2004, e dá outras providências.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/\\_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil-03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm). Acesso em: 18 de jun. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. **Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais: REUNI.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6069.htm)>. Acesso em: 18 jun.2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n.º 7.824, de 11 de outubro de 2012. **Regulamenta a Lei n.º12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/D7824.htm)>. Acesso em: 18 jun. 2014.

BRASIL. INEP. **Censo da Educação Superior 2011:** dados preliminares. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=181530s](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=181530s)> Acesso em: 18 jun de 2014.

CAMPOS. Denise Pereira Araújo. **Assistência Estudantil: Manifestações da assistência social na política de educação.** Encontro Nacional de Política Social (ENPS), 2012.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira de; MICHELOTTO, Regina Maria. As políticas de expansão da educação superior no Brasil e a produção do conhecimento. **Série-Estudos**, Campo Grande (MS), n. 30, 2010.

CISLAGHI, Juliana Fiuza. A formação profissional dos assistentes sociais em tempos de contarreformas do ensino Superior. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 105, 2011.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob; MIRANDA Luciene; LIMA, Rosangela Novaes. **Reforma da Educação Superior Brasileira - de Fernando Henrique Cardoso à Luiz Inácio Lula da Silva:** políticas de expansão, diversificação e privatização da educação superior brasileira. Disponível em: <[http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo\\_Vera\\_Luciene\\_e\\_Rosangela.pdf](http://www.gepes.belemvirtual.com.br/documentos/Artigos/Artigo_Vera_Luciene_e_Rosangela.pdf)>.

FRANCO, Alexandre de Paula. Ensino Superior no Brasil: cenário, avanços e contradições. **Jornal das políticas educacionais**, n. 4, jul. 2008.

GEORGEN, Pedro. Educação Superior na perspectiva do sistema e do Plano Nacional de Educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas (SP), n. 112, 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

Documento Síntese – UFMT/ICHS. Dezembro de 2013.

LIMA, Kátia. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o Reuni na UFF**. Disponível em: <[http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917\\_contra-reforma.pdf](http://www.aduff.org.br/especiais/download/20090917_contra-reforma.pdf)>.

LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mario Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a Avaliação da Educação Superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. **Revista Avaliação**, Campinas (SP), 2008.

LUGÃO, Ricardo Gandini; ABRANTES, Luiz Antônio; JUNIOR, Antônio Carlos Bunozi; SILVA, Fernanda Cristina da; SOUZA, Alisson Penna de. **Reforma Universitária no Brasil: uma análise dos documentos oficiais e da produção científica sobre o REUNI – Programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTIÓN UNIVERSITÁRIA EM AMERICA DEL SUR, 10., 2010, Mar del Plata, 2010.

MARQUES, Antonio Carlos Henriques; CEPEDA, Vera Alves. **Um perfil sobre a expansão do Ensino Superior recente no Brasil: aspectos democráticos e inclusivos**. Perspectivas. São Paulo, 2012.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. **Ensino Superior no Brasil: expansão, diversificação e inclusão**. Associação de Estudos Latino-Americanos. UFRGS, 2012.

OBSERVATÓRIO DO PNE. Disponível em: <<http://www.observatoriodopne.org.br/sobre-pne>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

PAULA, Maria de Fátima Costa de; CARDOSO, Ana Carolina Grangeia. **A influência das políticas neoliberais na educação superior: casos UFF e UERJ**. Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. **A expansão do Ensino Superior no Brasil e suas Contradições: o caso da Universidade Federal da Fronteira SUL (UFFS)**. GT 25: Educación y desigualdad social. Disponível em: <[http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT25/GT25\\_IngrassiaPereira.pdf](http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT25/GT25_IngrassiaPereira.pdf)>.

POTYARA, A.P. Pereira. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PRESTES, Emília Maria da Trindade; JEZINE, Edineide; SCOCOGLIA, Celso. Democratização do Ensino Superior Brasileiro: o caso da Universidade Federal da Paraíba. **Revista Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 21, p. 199-218, 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Expansão do Ensino Superior: contextos, desafios, possibilidades. **Revista Avaliação**, Campinas (SP), 2009.

SIMÕES, José Luis; NETO, Ruy de Deus e Mello. **Políticas de expansão do Ensino Superior no Brasil: REUNI versus PROUNI**. Disponível em: <[www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/JoseLuisSimoes.pdf](http://www.anpae.org.br/seminario/ANPAE2012/Textos/JoseLuisSimoes.pdf)>.

SOARES, Priscila da Cruz; FERREIRA, Maria Mary. A Evasão no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 14., 2013. Disponível em: < file:///C:/Users/207979/Downloads/4322-6590-2-PB.pdf>.

SOBRINHO, José Dias. Democratização, Qualidade e crise da Educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas (SP), n. 113, 2010. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>.

VAZ, Marta Rosani Taras; MARTINS, Mario de Souza. Neoliberalismo e Ensino Superior: uma reflexão sobre a educação a Distância e o Ensino Privado. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO, PESQUISA E GESTÃO (CIEPG), 4., 2012. Paraná: Unespar: 2012. Disponível em: < file:///C:/Users/207979/Downloads/01343764118.pdf>.